

PERCEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E À VIOLÊNCIA (PROERD)

Nevison Amorim Pereira¹

Marcelo Tavares²

RESUMO: As drogas representam um problema na sociedade brasileira, sendo que em muitos casos, os jovens são os principais usuários. Este trabalho teve como objetivo conhecer a percepção dos professores, dos pais e dos policiais militares envolvidos na execução do Programa Educacional de Resistências às Drogas e à Violência. O estudo foi realizado em quatro escolas do Município de Araguari (MG), sendo aplicado um questionário dividido em três partes e uma entrevista. Os professores e instrutores afirmam que o número de instrutores para atender a demanda do programa é insuficiente e há necessidade de capacitar novos policiais para o programa. Pais e instrutores consideram o programa eficiente, enquanto para os professores não, devido à falta de comprometimento dos pais. Um dos principais resultados do programa tem sido melhorar a imagem da Polícia Militar perante a comunidade envolvida.

PALAVRAS-CHAVES: Percepções; Proerd; Araguari.

PERCEPTIONS ON THE EDUCATIONAL PROGRAM FOR DRUG RESISTANCE AND VIOLENCE (PROERD)

ABSTRACT: Drugs represent a problem in Brazilian society, and in many cases, young people are the main users. This study aimed to know the perception of teachers, parents and military police involved in the implementation of the Educational Program of Resistance to Drugs and Violence. The study was carried out in four schools of the Municipality of Araguari (MG), being applied a questionnaire divided into three parts and an interview. Teachers and instructors say that the number of instructors to meet program demand is insufficient and there is a need to train new police officers for the program. Parents and instructors consider the program to be efficient, while for non teachers, due to lack of commitment from parents. One of the main results of the program has been to improve the image of the Military Police before the community involved.

KEY WORDS: Perceptions; Proerd; Araguari.

1 INTRODUÇÃO

¹ Doutorando e Mestre em Ciências Contábeis na UFU. Especialista em Gestão Pública pela UFU. Graduação em Administração pela UFV. Atualmente exerce o cargo de Administrador na UFU. E-mail: nevison@ufu.br

² Professor Dr. Genética e Melhoramento de Plantas na ESALQ/USP. Professor Titular da FAMAT/UFU e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFU. E-mail: mtavares@ufu.br

O aumento da violência, segundo Souza et al. (2013), está relacionado a diversas vulnerabilidades, entre as quais, a carência de programas sociais de inclusão e prevenção ao consumo de drogas. O problema das drogas tem sido tema constante na mídia, demonstrando tratar-se de uma questão relevante na sociedade. Mesmo assim tem-se a percepção que o consumo das drogas não tem diminuído.

A luta contra as drogas se baseia em três pontos fundamentais: erradicação das culturas, supressão do tráfico internacional e repressão do comércio clandestino nos territórios. “Esquece-se, todavia, do trabalho fundamental ou de base, que é a prevenção junto àqueles que ainda não tiveram contato com as drogas” (PEROVANO, 2006, p. 93).

Outra preocupação sobre esta questão é a possibilidade das crianças e adolescentes se envolverem com as drogas e a violência, interferindo no seu desenvolvimento cognitivo e escolar (DEMETRIO; VIANA; HOEFLICH, 2013).

Estudo realizado em dez capitais brasileiras constatou que jovens entre dez e doze anos haviam experimentado álcool (51,2%), tabaco (11,0%) e outras drogas (11,7%). Também, um em cada quatro estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública brasileira já experimentou algum tipo de droga, além do cigarro e das bebidas alcoólicas (CARLINI; GALDUROZ; NOTO, 1997; DEMETRIO; VIANA; HOEFLICH, 2013).

Nesse sentido, ao perceber a necessidade de novas formas de atuação que se some à repressão policial, o poder público passa a buscar alternativas direcionadas à prevenção do consumo dessas substâncias (TASCA; ENSSLIN; ENSSLIN, 2012).

Tem ocorrido mobilização social no sentido de implantar programas sociais que visam mitigar os crescentes números de crianças e jovens envolvidos com o consumo de drogas, com o tráfico e à violência. Uma das maneiras encontradas pelos governos e organizações é desenvolver programas de prevenção e de promoção de saúde destinados a escolares (SOUZA et al., 2013).

A escola é um ambiente social por excelência, sendo um local de oportunidade de esclarecimento e conscientização das famílias e das crianças sobre essa temática. Os programas preventivos nas escolas têm sido desenvolvidos desde o ensino fundamental (SOARES, 2016).

Alguns estudiosos (ZANELATTO; ZANELATTO, 2004; PAZINATTO, 2006) consideram o ambiente escolar apropriado para o desenvolvimento de estratégias preventivas contra o uso indevido de drogas. Zanelatto e Zanelatto (2004, p. 2) afirmam

que “a família e a escola são ressaltadas como os dois estruturadores básicos da identidade do jovem, sendo locais ideais para iniciar ações preventivas”.

Desde 1992, as polícias militares (inicialmente Rio de Janeiro, depois São Paulo e posteriormente os demais estados brasileiros) vêm desenvolvendo nas escolas de alguns municípios um programa educacional denominado Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD) que se caracteriza como uma prevenção seletiva em virtude do seu público alvo. Esse programa procura conscientizar e ensinar as crianças a resistirem às drogas, e também, às ofertas de certas pressões dos grupos.

Segundo Fagundes e Moura (2009) observa-se que os programas e políticas públicas executados na esfera governamental não conseguem, por motivos diversos, desenvolver e implementar ações que realmente proporcionem impacto social, consequentemente as avaliações realizadas não verificam mudanças qualitativas à população.

Em se tratando da avaliação de políticas públicas observa-se que esta temática vem ganhando espaço nos estudos da administração pública brasileira, pois é um tipo de avaliação em que se busca compreender o processo de execução (SOUZA et al., 2013).

A avaliação tem como objetivos possibilitar outro olhar, diferente da visão dos patrocinadores e dos implementadores; mostrar os pontos principais que contribuem para o êxito da proposta; e também apontar os entraves que limitam a produção de bons resultados (MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005; SOUZA et al., 2013). As estratégias de estudar, corrigir rumos e agregar novos elementos aos programas permitem aprimorar e direcionar suas ações, além de dimensionar seus efeitos e resultados na solução dos problemas identificados.

Diante do exposto, o objetivo geral dessa pesquisa é conhecer a percepção dos professores, dos pais e dos policiais militares envolvidos na execução do PROERD.

Oliveira (2014) diz que pouco se fala em avaliação do PROERD, já para Silva e Gimenez-Paschoal (2010) o próprio poder público não tem apresentado estudos, que discutam sobre seus resultados em relação às atitudes de resistência à pressão dos colegas para o uso de drogas, referentes aos alunos que receberam a sua instrução, ou mesmo a eficiência do programa quanto ao emprego correto dos métodos e aplicação adequada do currículo perante a população alvo.

Frente a esta constatação, o trabalho justifica-se pelo ponto de vista teórico ao permitir prover a literatura de conhecimento sobre as políticas públicas de prevenção do consumo de drogas nas salas de aulas.

Pela abordagem prática, o estudo fornecerá subsídios das pesquisas científicas que comprovem a eficácia ou não de programas preventivos específicos, permitindo verificar pontos a serem melhorados.

Sob o ponto de vista social, a justificativa baseia-se na relevância social e complexidade do problema, que necessita de uma visão panorâmica e integrativa, cujo programa esta voltado para o bem-estar, para a saúde, e para adesão do público através do convencimento, da liberdade e consciência das escolhas, utilizando-se de informações e argumentos sobre os malefícios da utilização das drogas.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 Legislação e proteção

A Carta Magna prevê que os cidadãos devem ter os direitos básicos garantidos e no Art. 227, diz que compete ao Estado, juntamente com a família e a sociedade, assegurar às crianças e aos adolescentes os direitos e as garantias fundamentais do ser humano (BRASIL, 1988).

Proteger é uma noção que faz parte do contexto das relações primárias e do universo semântico das políticas sociais. No caso brasileiro, a doutrina da proteção integral se encontra no Estatuto Brasileiro da Criança e do Adolescente, que a resume definindo esse grupo social como cidadão; sujeito de direitos; capaz de protagonismo; merecedor de prioridade de atenção e de cuidados (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Fatores de proteção são identificados nos seis domínios da vida com os seguintes riscos: individual – atitudes e predisposições; meio familiar – relações familiares e atitudes parentais; escola – clima seguro ou inseguro; amigos – envolvimento ou não com drogas; sociedade – tendências econômicas, falta de emprego; comunidade – organização ou desorganização (ZWEIG et al., 2002). Portanto, as crianças estão sujeitas aos mais diversos riscos e o das drogas é bastante visível.

A sociedade civil atua nas áreas de atenção à saúde e assistência social, atendendo tanto os usuários e dependentes, quanto os seus familiares. Uma das maneiras encontradas

pelos governos e organizações é desenvolver programas de prevenção destinados a escolares (SILVA; GIMENIZ-PASCHOAL, 2010).

Os programas educacionais de prevenção surgem como uma forma de suprir certas necessidades próprias da sociedade, ou simplesmente como forma de prevenir danos futuros ao homem (SILVA; GIMENIZ-PASCHOAL, 2010).

A segurança pública atua junto às diferentes esferas sociais por meio de programas como o PROERD, o que é uma ação necessária perante os problemas que a área educacional vem enfrentando quanto à segurança social dos alunos (DEMETRIO; VIANA; HOEFLICH, 2013).

2.2 Políticas de prevenção no Brasil

No que se refere aos aspectos de prevenção, a política nacional sobre drogas prescreve, como orientação geral, a cooperação e parceria entre os diversos segmentos da sociedade e órgãos governamentais. Esse pressuposto de compartilhamento deverá funcionar através da construção de redes sociais tendo em vista a melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde (BRASIL, 2008).

As ações devem ser pautadas em princípios éticos e de pluralidade cultural, orientando-se para a promoção de valores voltados à saúde física e mental, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica e a valorização das relações familiares (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Para Nicastrí e Ramos (2001) existem diferentes categorias que fundamentam as ações preventivas do uso de drogas: a prevenção primária que objetiva evitar ou retardar o uso de drogas. A prevenção secundária é realizada quando o consumo é detectado, ou seja, em indivíduos que já fazem uso de drogas e tem por finalidade evitar que esse uso se torne nocivo. A prevenção terciária corresponde ao tratamento do uso nocivo ou da dependência e prioriza ações voltadas a manutenção da abstinência.

Com base nesta classificação, Moreira e Nagem (2010) dizem que há um equívoco nas ações de prevenção adotadas em diversas escolas, uma vez que a maioria delas está baseada na prevenção primária, porém focada no público adolescente que, muitas vezes, já experimentaram drogas. Empregam-se, nesses casos, práticas de prevenção primária quando o mais adequado seriam práticas de prevenção secundárias.

No contexto escolar, observa-se uma tendência de trazer essa discussão para as séries iniciais do ensino fundamental, de forma a evitar o primeiro contato das crianças com as drogas. Justificativa para isso seria resultados mais positivos em longo prazo e menores custos de remediação (LÖH et al., 2007).

Entre as disciplinas tratadas na escola primária algumas vão além do aprendizado a respeito de números e letras. Assim, apresentar as crianças esse mundo onde violência e a criminalidade estão presentes, deve ser abordado de forma acessível à compreensão dos alunos (CARVALHO; KOSMOS; YAMAMOTO, 2015).

Acrescenta-se que a aprendizagem das crianças precisa acontecer ativamente, oferecendo-lhes oportunidade de conversar, pensar sobre os temas sugeridos, analisar as opções e alcançar um ponto de vista mais acertado e coerente a ser seguido (SOARES, 2016).

2.3 PROERD: implantação, objetivos e estudos anteriores

Um dos programas de prevenção primária da política brasileira de combate às drogas é o PROERD. Tem por finalidade conscientizar crianças em idade escolar contra o uso de drogas como base na ação conjunta entre família, escola, comunidade e polícia militar. Conta com três módulos: educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; 4º e 6º anos do ensino fundamental e pais ou responsáveis (OLIVEIRA, 2014).

O PROERD tem origem no projeto DARE (*Drug Abuse Resistance Education*) que foi desenvolvido na cidade de Los Angeles (EUA) obtendo grande sucesso e aceitação, sendo estendido para os estados norte-americanos e posteriormente implantado em vários países (SHAMBLIN et al., 2014).

De acordo com Mangham (2007) e Shamblyn et al. (2014) o DARE é o programa de educação sobre drogas mais utilizado nas escolas canadenses e americanas parecendo ser mais efetivo que outros porque impacta as mudanças comportamentais, tais como: conhecimento, habilidades básicas e atitudes. O DARE parece reforçar a intenção dos estudantes de não usar drogas uma vez que alunos de seis escolas pilotos canadenses expressaram claramente a intenção de não usar drogas como consequência do programa.

Apesar de bem fundamentados, os programas por si só não reduzem o uso de drogas e influências externas (meio social) são mais determinantes que um programa, porque as dimensões relativas a este uso (ou não uso) são multicausais (OLIVEIRA, 2014;

SOARES, FRANÇA, 2016). Portanto, o papel deste programa é reforçar mensagens positivas que se iniciam em casa e continua na comunidade, na mídia, através do marketing social do governo e políticas antidrogas que afirmam a prevenção. “O DARE é uma peça importante no quebra-cabeça. O quebra-cabeça não é completo com ou sem ele” (MANGHAM, 2007, p. 8).

Nesta mesma linha de pensamento, Luz (2000, p. 123), aponta que “a eficácia de programas de prevenção de drogas depende do conhecimento prévio das condições do ambiente e das características demográficas da população porque são essas informações que irão definir o tipo de intervenção que será realizada, prevenção primária, secundária ou terciária”.

A Polícia Militar de Minas Gerais estabelece critérios para definir as escolas participantes do programa, observando os indicadores de segurança pública, segundo informações da criminalidade local; mapeamento do uso e tráfico de drogas em suas proximidades; localização geográfica das escolas e outras informações de interesse da segurança pública (CAMARGO, 2014).

No Brasil, o PROERD foi implantado em 1992 pela Polícia Militar do Rio de Janeiro e desde 2002 está presente em todos os estados brasileiros. Tem forte atuação no estado de Minas Gerais que iniciou suas atividades no Município de Uberlândia (MG) em 1998, após a capacitação de cinco policiais militares. Posteriormente foi estendido aos municípios polos do estado de Minas Gerais sendo que em 2014 estava presente em 430 municípios e em Araguari, foi implantado em 2000 (CAMARGO, 2014).

O programa possui como material didático o livro do estudante, o livro dos pais e o manual do instrutor, sendo organizado em uma cartilha contendo 10 lições de 45 a 60 minutos, ministradas obrigatoriamente por um policial militar fardado, devendo ser integrado às outras aulas dadas pelos professores e acompanhado por estes. É realizado uma vez por semana no semestre letivo (SOARES, FRANÇA, 2016).

Ao final do curso, os alunos recebem camisetas, certificado de conclusão e juramento de se manterem longe das drogas e da violência. Para isso, são realizadas formaturas em evento reunindo todos os alunos das escolas atendidas no período de cada semestre, pais e responsáveis, professores, diretores de escolas e autoridades locais (SOARES, FRANÇA, 2016).

Dentre os objetivos do programa, Soares (2016) destaca: envolver a polícia, a escola, a família e a comunidade na problemática das drogas e da violência; desenvolver uma ação pedagógica de prevenção ao uso indevido de drogas; consolidar a imagem positiva da Polícia Militar junto à população; desenvolver o espírito de solidariedade, de cidadania e de comunidade na escola.

Em relação à imagem que a população tem da Polícia Militar, pesquisa realizada na cidade de Pouso Alegre (MG) demonstrou que 82% dos entrevistados mudou positivamente após terem passado pelo programa PROERD e nenhum entrevistado afirmou que a imagem em relação à Polícia foi negativa, o que demonstra que não há ressalva em relação ao fato de um Policial Militar ministrar aulas nas escolas (BARRETO, 2005).

Todavia, uma das principais críticas que se faz a programas de prevenção às drogas em escolas é a falta de continuidade do programa nas séries seguintes àquela que se destina o currículo (SILVA; GIMENIZ-PASCHOAL, 2010).

Talvez, por isso, estudos anteriores apresentam evidências empíricas inconsistentes sobre os resultados esperados do PROERD (SHAMBLLEN et al., 2014). Estudo realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) concluiu que não houve diferença estatisticamente significativa quanto ao uso de drogas e em relação aos comportamentos afins, entre o grupo de alunos que passou pelo PROERD e o grupo de alunos que não passou pelo PROERD (CEBRID, 2008).

Barboza e Alexandre (2013) entendem como frustrante a eficácia do programa, pois é necessário mais ênfase na participação da família, do Estado, da escola e da sociedade no geral.

Andrade et al. (2010) realizaram pesquisa sobre o PROERD em Minas Gerais que considerou especificamente os pontos de destaque e deficiências apresentados pelo programa por meio de questionários aplicados a instrutores e alunos. Identificaram que 54,9% dos instrutores não possuíam outra experiência na área de educação além do trabalho no programa. Quanto ao tempo, a pesquisa indicou que o mesmo apresenta-se como escasso para se desenvolver mais adequadas as atividades.

Shamblen et al. (2014) verificaram pouca eficácia do programa em São Paulo, porque não havia evidências de diferenças quanto ao consumo de substâncias, comportamento anti-social e riscos para uso de substâncias entre alunos do PROERD e dos que não participaram do programa.

Outro estudo concluiu que o programa havia alcançado seus objetivos iniciais, pois havia diferenças significativas entre os alunos que fizeram o PROERD e os alunos que não fizeram, sugerindo ainda que se devesse ter sequência no aprimoramento do programa (QUEIROZ, 2003).

Melo e Campos (2012) dizem que o Programa tem alcançado seus objetivos no município de Águas Lindas (GO) que é, não apenas informar sobre drogas aos alunos, mas formar cidadãos conscientes e capazes de decidir o que é melhor para suas vidas. Destacam outro aspecto positivo, a integração da família no contexto escolar.

Camargo (2014) avaliou as contribuições que o PROERD tem proporcionado em relação aos processos de aprendizagem dos alunos em diferentes facetas: moral, valores, convivência, respeito, cidadania. Conclui que o PROERD contribui para o processo de aprendizado de conteúdos que favorecem relações mais amistosas entre os alunos e o encaminhamento de situações de conflitos entre os mesmos.

Andrade e Peixoto (2007) realizando a avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil constatou que o custo do PROERD para cada crime sério prevenido é de R\$ 1.682,33 referente ao ano de 2004, e que os programas de prevenção secundária apresentam os menores dispêndios por crimes sérios evitados.

Essa análise é fundamental para a condução de políticas sociais e de segurança pública uma vez que fornece subsídios para a decisão de alocação de recursos. Contudo, muitas vezes essas avaliações não levam em conta, e os críticos deixam de reconhecer, que nenhum programa isolado irá alcançar a mudança esperada por si só (MANGHAM, 2007).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho procura analisar o funcionamento do PROERD em Araguari (MG). Quanto à escolha do estudo em Araguari foi devido ser uma cidade de porte médio e estar localizada no sudeste do Brasil, região com aumento de usuários de drogas nos últimos anos. Além disso, houve apoio do poder público municipal, facilidade para acessar as informações e realizar as entrevistas.

3.1. Caracterização quanto ao objetivo

Quanto aos objetivos propostos, a pesquisa é de natureza descritiva, com registros, análises e descrições de dados coletados por meio de uma pesquisa de campo – aplicação

de questionários e entrevista semiestruturada. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa descritiva tem o intuito de descrever as características de um evento ou de uma população para identificar, relatar, analisar, comparar e compreender eventos e resultados.

3.2. Caracterização quanto aos procedimentos

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é de levantamento (*survey*) e bibliográfica. Os estudos de levantamento são normalmente utilizados em estudos descritivos e relevantemente úteis e aplicáveis em pesquisas de opinião. A pesquisa bibliográfica deve ser feita em todo o referencial já existente e de domínio público em relação ao tema estudado (BEUREN, 2012). Para isso, procedeu-se uma análise com base em livros, artigos científicos e documentos da base normativa do PROERD.

3.3. Caracterização quanto à abordagem do problema

Quanto à abordagem, a pesquisa é de natureza qualitativa. No âmbito qualitativo, uma pesquisa, conforme Martins e Theóphilo (2007, p. 136) tem, “uma das principais características a predominância da descrição [...] e como preocupação central, descrições, compreensões e interpretações dos fatos, ao invés de medições”. Assim, não foi empregada nenhuma técnica estatística específica para avaliação dos dados, sendo considerados somente os percentuais referentes a cada resposta do questionário aplicado.

3.4. Coleta, análise e interpretação dos dados

Quanto à coleta de dados, foi utilizado como instrumento uma entrevista e um questionário. A entrevista semiestruturada foi realizada com o comandante da Polícia Militar responsável pelo PROERD no município. Por solicitação do respondente, a entrevista não foi gravada.

Segundo Beuren (2012), o processo de elaboração do questionário requer perguntas claras e objetivas, assim como conhecer o objeto de pesquisa em questão, podendo ser perguntas de respostas abertas ou fechadas.

Em relação ao questionário, este foi aplicado em três partes separadas com uma série ordenada de dezenove perguntas fechadas, sendo solicitado assinalar apenas uma resposta por questão. As questões de 1 a 6 referem-se à percepção dos professores, as de 7 a 12 a percepção dos pais e por fim, as de 13 a 19 a percepção dos instrutores.

Inicialmente, foi realizado um pré-teste com um professor e um pai para avaliar a compreensão, a objetividade, a precisão e a exatidão do roteiro, de forma a validar o questionário. A validação do conteúdo é uma propriedade fundamental na medida de um constructo, evitando falhas de medidas, que podem ser reduzidas quando os pesquisadores reportam de forma adequada o conteúdo (SCHREISHEIM et al., 1993).

Após a realização do pré-teste, foram feitos ajustes no tratamento da coleta da informação, quanto ao nível de detalhamento das questões, quantidade de questões e forma de apresentação do questionário (somente frente).

O PROERD fica sob-responsabilidade do 53º Batalhão de Polícia Militar de Araguari. Inicialmente, foi efetuado contato com o batalhão solicitando permissão para realizar a pesquisa. Com autorização recebida, foi realizado contato com as escolas participantes do programa e foram selecionadas quatro escolas de ensino fundamental e médio, que aceitaram a aplicar os questionários: CAIC – Dr. Arcino Santos Laureano, Escola Estadual José Carneiro da Cunha, Escola Estadual Madre Maria Blandina (Polivante) e Escola Municipal Tenente Coronel Vilagran Cabrita.

A amostra dos pais foi selecionada de forma aleatória, sendo aplicado 80 (oitenta) questionários a professores e pais nas quatro escolas, sendo 20 (vinte) em cada uma. A participação dos pais era de apenas um por cada aluno, independente do gênero. Assim, cada aluno levou um questionário para sua residência e se comprometiam a trazê-lo no dia seguinte. Em relação ao corpo docente da pesquisa, todos os professores das escolas poderiam participar, sendo que o questionário ficou disponível na secretaria da direção para respostas durante três dias. Ao fim, 38 (trinta e oito) questionários foram respondidos por professores e 30 (trinta) pelos pais. Com relação aos instrutores da Polícia Militar, havia (5) cinco capacitados a trabalharem no programa e todos responderam ao questionário.

Na análise dos resultados foi utilizada a análise do conteúdo. Para Zanella (2009, p. 126) “[...] a análise de conteúdo trabalha com materiais textuais escritos, tanto textos que são resultados do processo de pesquisa, como as transcrições de entrevista e os registros das observações, como textos que foram produzidos fora do ambiente de pesquisa”.

Os resultados foram expressos em termos percentuais e sob-representação gráfica, a partir de três enfoques: a percepção dos instrutores, a percepção dos professores e a visão dos pais dos alunos sobre o PROERD.

4 ANÁLISE DOS DADOS

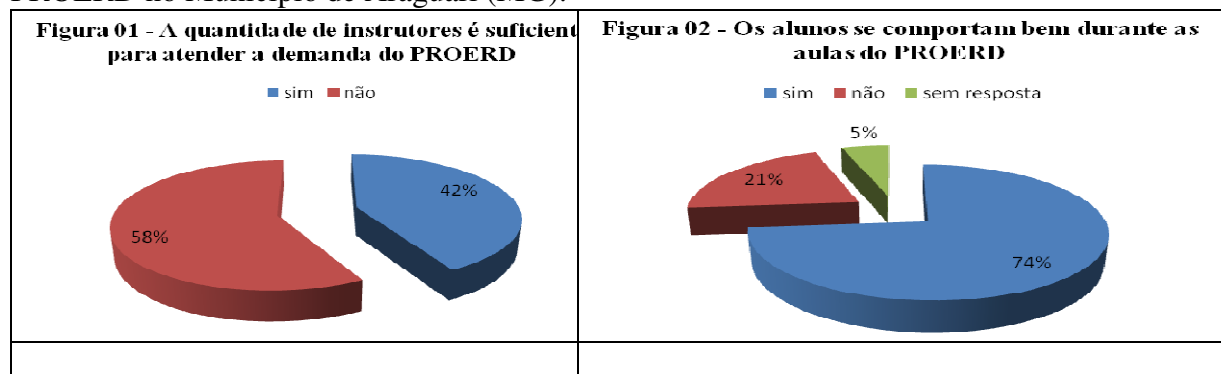
Os professores das escolas que fazem parte do PROERD no Município de Araguari acham que o número de instrutores não é suficiente para atender as escolas (58%) (Figura 1), fator que pode ser agravado pela constatação de Soares e Franca (2016) visto as dificuldades encontradas no que se refere ao grau de aprendizado formal desses alunos, em que crianças não conseguem acompanhar uma leitura básica.

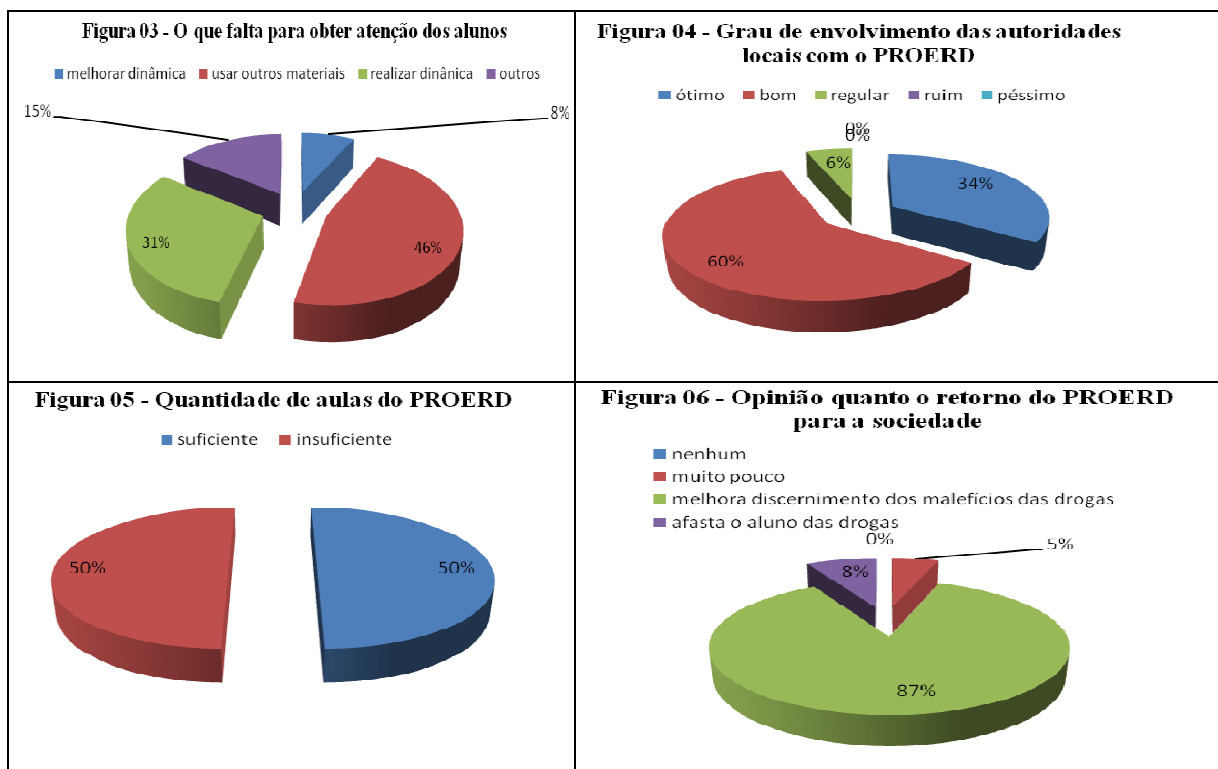
Durante os trabalhos dos instrutores na sala de aula, os alunos comportam-se bem (74%) (Figura 2), confirmando os achados de Camargo (2014) onde os professores destacaram que o programa produziu mudanças comportamentais nos alunos devido à permanência do policial militar (fardado) no ambiente escolar. Isso repercutiu em respeito, por representar uma figura de autoridade, e produziu mudanças na disciplina em sala de aula.

Essa constatação em Araguari foi possível porque os professores continuam na sala de aula durante a apresentação dos policiais, diferente do que relataram Barboza e Alexandre (2013, p. 87) em seu estudo: “o instrutor chega à sala de aula e o professor se retira, portanto, não há uma participação ativa entre as partes envolvidas”.

Ainda em relação ao comportamento dos alunos, observação diferente pode ser encontrada em Soares e França (2016) que verificaram que algumas posturas dos adolescentes com relação aos instrutores são de enfrentamento.

Figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - Percentual das respostas dos professores quanto à percepção do PROERD no Município de Araguari (MG).





Fonte: Dados de pesquisa. Elaboração dos autores.

Os professores acham que para obter melhora no comportamento e na participação dos alunos é necessário utilizar outros meios materiais (46%) e inserir dinâmica (31%) para incentivar os alunos a ter atenção às aulas (Figura 3).

Neste ponto, poder-se-ia utilizar da técnica de ensino *Storytelling*, cartazes e fantoches, buscando a interação com a criança, visto que o emissor e o receptor das mensagens desempenham um papel ativo dentro da comunicação. Camargo (2014) percebeu que os alunos valorizam e apreciam a ludicidade: o brincar, amizade, atividades diferenciadas e estímulo à curiosidade para formação de ideias. Nesse aspecto, Soares (2016) diz que é importante valorizar a espontaneidade, curiosidade e natural propensão ao questionamento sobre os “porquês” das crianças diante de suas diversas realidades experimentadas.

Contudo, seria essencial capacitar os policiais com noções de didática em sala de aula. Tasca, Ensslin e Ensslin (2012) avaliaram o processo de capacitação do programa e concluíram que o mesmo alcançou 69 pontos numa escala de zero a cem, sendo necessárias melhorias principalmente na etapa de “credibilidade”. Segundo Carvalho, Kosmos e Yamamoto (2015) a teoria dos estudos de recepção é a mais apropriada para a análise e

conclusão da efetividade da abordagem utilizada pelo programa, sendo importante manter o material didático atualizado.

Nota-se que 34% dos professores consideram o envolvimento das autoridades locais no desenvolvimento do programa ótimo e 60% bons (Figura 4). Apesar dos professores considerarem o número de instrutores insuficientes, os mesmos estão bastante divididos com relação ao número de aulas (Figura 5). Andrade et al. (2010) indicaram que a quantidade de aulas é escassa para se desenvolver mais adequadamente as atividades.

Destaca-se também a opinião dos professores quanto ao retorno do PROERD para a sociedade. Apesar de a grande maioria verificar a importância do programa é importante ressaltar que um pequeno grupo (5%) considera muito pouco o retorno social advindos das atividades (Figura 6). Já Melo e Campos (2012) constataram que 100% dos professores que conhecem o programa acreditam que este possa surtir algum efeito na prevenção contra o uso de drogas ao formar pensamentos construtivos para se tornarem adolescentes saudáveis.

Oliveira (2014) considera que o PROERD tem feito diferença na vida de cada aluno, pois mostra a eles as consequências terríveis que as drogas podem fazer, servindo como alerta, mostrando a realidade dos seus efeitos e promove o contato com os policiais quebrando a imagem negativa que há em relação às ações policiais. Outra opinião é a de que o PROERD é importante para a inserção do indivíduo na sociedade.

Questão semelhante é apresentada por Camargo (2014), pois os professores disseram que os instrutores policiais possuem um conjunto de conhecimentos relacionados ao cotidiano da sociedade, como drogas, violência, conflitos de diferentes naturezas que contribuem para a exemplificação destes casos para os alunos e para o processo de aprendizado dos mesmos.

Apesar da adesão do programa em Araguari, a maioria dos professores acredita que o objetivo está sendo parcialmente alcançado, em virtude das dificuldades encontradas no relacionamento familiar e falta de compromisso dos pais, mas que a tendência é de melhorar, pois os alunos são multiplicadores de conhecimento que levam as orientações adquiridas no programa. Destaca-se que dois professores responderam que o PROERD não está atingindo o objetivo.

Além da opinião dos professores, é importante conhecer a visão dos pais dos alunos e dos instrutores sobre o programa. Dos pais que se disponibilizaram a responder os

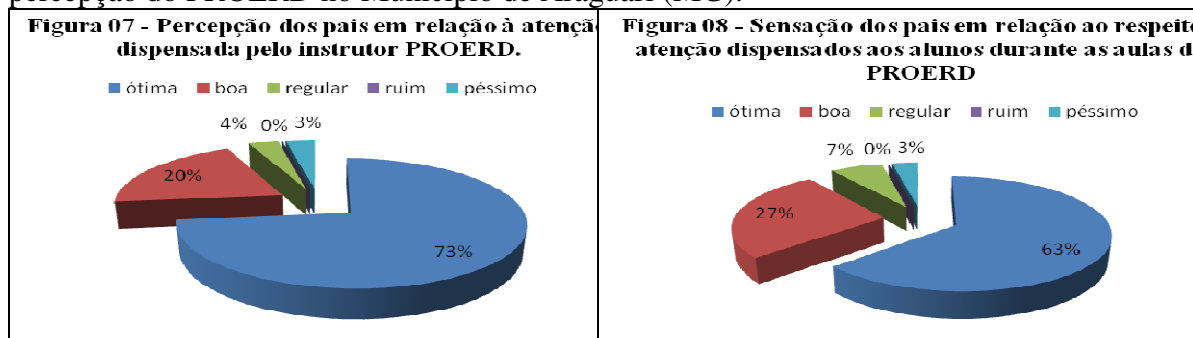
questionários, 73% consideram a atenção dispensada pelos instrutores como ótima (Figura 7) e 63% acham que o aluno é respeitado (Figura 8). Isto vem reforçar a imagem positiva e participativa da polícia, indo ao encontro dos resultados de Camargo (2014) e Oliveira (2014) onde os alunos explicitaram o respeito pelo policial fardado, devido sua experiência em outros locais e situações, não se restringindo apenas ao contexto escolar. Reforçando este ponto, 70% dos pais confiam no trabalho e orientações dos policiais repassadas durante o curso (Figura 9), visto que os policiais impõem respeito, disciplina e simbolizam autoridade (CAMARGO, 2014).

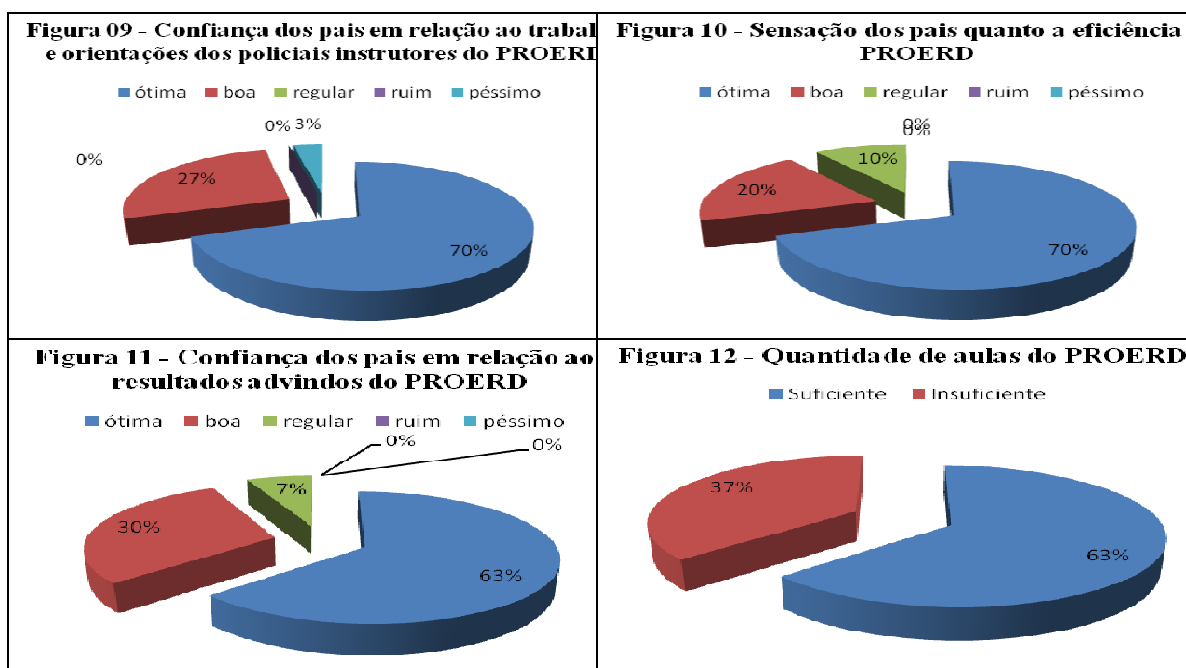
Com relação ao programa, 70% dos pais consideram o PROERD eficiente (Figura 10) enquanto 63% confiam nos resultados do programa (Figura 11). Portanto, na opinião dos pais o programa tem resultados positivos. Este resultado reafirma Camargo (2014) porque, na percepção dos pais, a participação de seus filhos no PROERD favoreceu a compreensão deles sobre as atitudes certas e erradas, a reflexão sobre a dinâmica da violência, aprendendo a respeitar seus colegas e tratá-los adequadamente, compensando o reduzido diálogo familiar.

A maioria dos pais e dos instrutores considerou que a quantidade de aulas do PROERD é suficiente (Figuras 12 e 13), contrastando com a opinião dos professores (Figura 5).

Os instrutores do programa consideram que o seu relacionamento com as diretoras e professores das escolas é excelente. Os professores e instrutores concordam com relação ao número de instrutores para atender a demanda do programa, pois ambos dizem que são insuficientes (Figuras 1 e 14) visto que precisam dividir o tempo destinado as aulas com o trabalho específico nas ruas da cidade. Portanto verifica-se que existe a necessidade de capacitar novos policiais para o PROERD.

Figuras 7, 8, 9, 10, 11, 12 - Percentual das respostas dos pais dos alunos quanto à percepção do PROERD no Município de Araguari (MG).





Fonte: Dados de pesquisa. Elaboração dos autores.

Um aspecto em que os instrutores concordam plenamente é com relação aos recursos logísticos destinados a execução das atividades. Estes são considerados insuficientes (Figura 15), assim como detectado por Souza et al. (2013) onde o entrevistado destaca que por parte do governo não há recurso para mobilidade e compra de material didático, mesma situação de Soares e França (2016). Entre as melhorias sugeridas por eles estão: sala para os instrutores, *notebook*, recursos audiovisuais e mais viaturas para o transporte. No presente estudo não foi relatado problema semelhante ao de Soares e França (2016) que verificaram que várias salas de aulas não tem boa acústica.

Assim como os pais, os instrutores também consideram o PROERD eficiente (Figura 16) diferente do trabalho de Orzil (2010) onde apenas 33,3% dos instrutores consideraram o programa efetivo. Por sua vez, Demetrio Viana e Hoeflich (2013) verificaram que o programa tem alcançado seu objetivo.

Uma opinião dos instrutores semelhante aos professores diz respeito ao envolvimento das autoridades no programa. Ambos consideram o envolvimento bom (60%) (Figuras 4 e 17). Porém, em decorrência da falta de investimentos das prefeituras, uma das estratégias que poderia ser adotada seria a possibilidade de implantação de uma ONG realicionada ao programa para obtenção de recursos federais e internacionais (SOUZA et al., 2013).

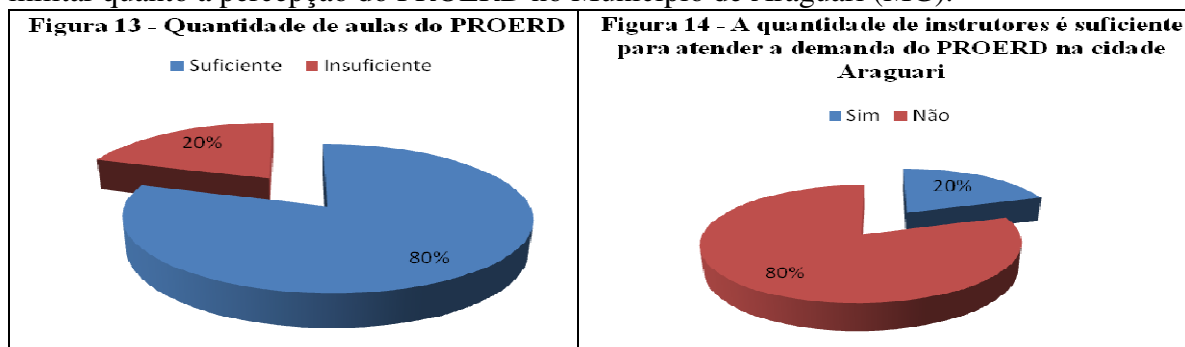
A percepção dos instrutores quanto ao reconhecimento do seu trabalho é tida como boa, haja vista que 80% se consideram reconhecidos (Figura 18) o que, em parte, determina a satisfação dos militares na execução do programa. Mesma avaliação interna foi realizada por Souza et al. (2013) onde para os policiais do Rio Grande do Norte é excelente. Todavia, os autores sugerem que o processo de comunicação do programa pode ser melhorado através das redes sociais. Camargo (2014) destaca as relações de admiração e respeito do vínculo entre os alunos e os instrutores.

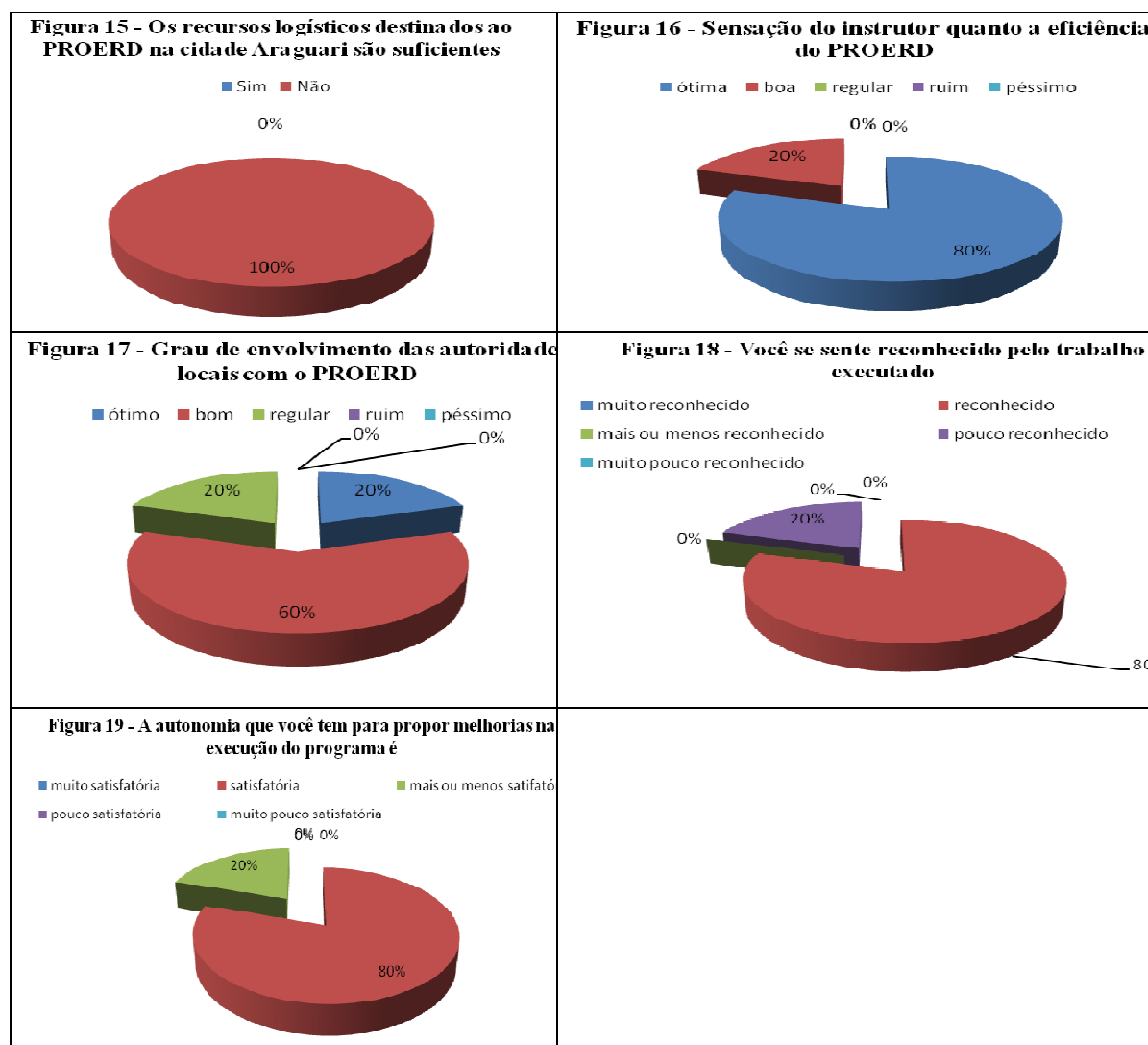
É importante observar que 80% dos instrutores dizem ter autonomia para propor melhorias na execução das atividades (Figura 19). Resultado semelhante ao de Souza et al., (2013, p. 156) ao entrevistarem os coordenadores do programa no estado do Rio Grande do Norte, onde afirmaram que há “autonomia total de implementação do programa e desenvolvimento de ações”. Isto se torna importante à medida que os recursos logísticos são escassos podendo ser substituídos por ideias inovadoras.

Com essa autonomia, os instrutores poderiam verificar o currículo básico do programa, já que para Shamblen et al (2014), o mesmo pode não fornecer os melhores componentes para produzir as mudanças desejadas.

Os instrutores ao serem questionados sobre os resultados alcançados pelo programa citaram: melhora no relacionamento da escola com a instituição polícia militar; maior envolvimento da escola no combate ao uso indiscriminado de drogas; diminuição do envolvimento de adolescentes com uso de drogas; o reconhecimento dos pais, professores e o próprio envolvimento das crianças em ajudar seus pais a deixar o vício dos cigarros, álcool e outras drogas; melhora no relacionamento familiar e melhoria do relacionamento dos adolescentes com os policiais militares.

Figuras 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19 - Percentual das respostas dos instrutores da polícia militar quanto à percepção do PROERD no Município de Araguari (MG).





Fonte: Dados de pesquisa. Elaboração dos autores.

Essas informações reforçam os dados obtidos na cidade de Pouso Alegre (MG), onde Barreto (2005) verificou que os objetivos do PROERD estão sendo concretizados e 82% dos entrevistados tiveram uma imagem positiva da Polícia Militar. Essa interação entre polícia e comunidade também é verificada na cidade de Montes Claros (MG) através do trabalho de Barroso (2007).

Outra comparação feita em relação a Barroso (2007) diz respeito à participação da família, a qual foi pouco expressiva. Em Araguari (MG) os professores disseram que os resultados do PROERD estão sendo parcialmente alcançados, em virtude das dificuldades encontradas no relacionamento familiar e falta de compromisso dos pais.

Por seu turno, Demetrio, Viana e Hoeflich (2013) notaram mudanças no ambiente familiar destacando que muitos familiares dos alunos deixaram de fumar ou de ingerir

bebidas alcoólicas, prevalecendo no convívio familiar o diálogo, como primordial ferramental na luta contra as drogas e a violência. Shamblen et al. (2014) relatam que uma parte notável desse programa é o envolvimento de pais e alunos em discussões sobre uso de substâncias nocivas.

Em Pouso Alegre (MG), Barreto (2005) verificou que o relacionamento dos instrutores PROERD com os alunos é harmonioso, o que muito contribui para o aprendizado. Isto também pode ser relacionado à Araguari (MG) uma vez que os alunos se comportam bem durante as aulas e os pais confiam e tem a sensação que os instrutores respeitam seus filhos.

Apesar da avaliação positiva por meio dos entrevistados de Araguari (MG), estudos sobre o PROERD, segundo Silva e Gimenez-Paschoal (2010), apresentam resultados positivos e negativos devido, talvez, aos diferentes contextos sociais e culturais dos municípios envolvidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação é um processo importante para aperfeiçoar a aplicação de programas sociais, pois fornece *feedback*, ajudando os gestores a aprimorar as políticas públicas implantadas.

A visão dos pais, professores e instrutores envolvidos no PROERD nas escolas do Município de Araguari (MG) são distintas, porém todos acham que o programa deve ser melhorado, em algum aspecto, e, apoiam a sua manutenção.

A quantidade de instrutores do PROERD nas escolas do Município de Araguari não é suficiente, reduzindo assim a eficiência do trabalho e o número de estudantes atingidos. Os instrutores e os pais dos alunos participantes do programa afirmam que o programa é eficiente. Contudo, o PROERD necessita de mais investimentos logísticos, em recursos humanos e em capacitação, mesma constatação de Souza et al. (2013) no estado do Rio Grande do Norte.

Ficou demonstrado que um dos principais resultados do PROERD tem sido melhorar a imagem da Polícia Militar perante a comunidade envolvida. Apesar de o PROERD aumentar o discernimento dos malefícios das drogas, enquanto programa de prevenção primária, com base na informação, é insuficiente para evitar a experimentação de drogas, talvez, pela ausência de reforços sobre o tema nas séries posteriores.

No presente momento, o PROERD não deve ser ampliado haja vista que faltam recursos humanos e materiais (transporte e recursos audiovisuais). Primeiramente, deve-se melhorá-lo através da capacitação de novos policiais, e se possível, utilizá-los exclusivamente nas aulas do programa. Além disso, é necessário que esses educadores sociais tenham uma formação continuada e para isso, necessitam de conhecimentos em diferentes áreas, principalmente em didática escolar, onde poderiam utilizar de técnica de ensino como *Storytelling*.

Sugere-se que seja criado um banco de dados com a identificação dos alunos que estiverem presentes as aulas, verificando posteriormente se os indivíduos envolvidos com as drogas tiveram contato com o programa, visto que não há monitoramento, ponto essencial para avaliação de políticas públicas e devem-se criar condições para uma maior participação dos pais. Outra sugestão para melhoria do programa é a implantação de uma dotação orçamentária anual para o programa.

O trabalho contribui para o desenvolvimento do tema ao considerar as percepções da Polícia Militar, dos professores e dos pais dos alunos, visto que pesquisas anteriores não levam em consideração essas três partes, além de auxiliar em possíveis modificações ou adequações do programa conforme essas percepções.

Por fim, mais importante que decidir pela continuidade ou não desse programa, conforme Silva e Gimenez-Paschoal (2010, p. 108) “é definir ou redefinir novas estratégias para o poder público, no trato com as questões que motivaram a sua implantação, ou seja, o estudo das variáveis que podem contribuir com o desenvolvimento do programa”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. V.; PEIXOTO, B. T. **Avaliação econômica de programas de prevenção e controle da criminalidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20311.pdf>>. Acesso em: 01 fevereiro 2017.

ANDRADE, R. J.; OLIVEIRA, F. C.; ORTEGA, L. M. R.; REZENDE, J. V. **Avaliando o PROERD: Desafios e Possibilidades**. Disponível em:<<https://central3.to.gov.br/arquivo/163632>. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Acesso em: 26 maio 2017.

BARBOZA, E. S. S.; ALEXANDRE, I. J. Programa educacional de resistência às drogas e à violência na escola: percepções dos professores e instrutor do programa. **Revista Eventos Pedagógicos**, v. 4, n.1, p. 80 - 89, mar/jul, 2013.

BARRETO, J. O. **PROERD: Análise crítica de seus resultados na cidade de Pouso Alegre**. 2005. 136 f. Monografia apresentada à Sexta Região de Polícia Militar de Minas Gerais, como parte das exigências do estágio de Aspirantes a Oficial 2005.

BARROSO, N. S. **Políticas públicas de prevenção às drogas: uma análise crítica através do PROERD**. 2007. 111 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Social). UNIMONTES, Montes Claros, 2007.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. **Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas, 2008. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/Legislacao/327912pd>>. Acesso em: 26 janeiro 2017.

CARLINI, E. A., GALDUROZ, J. C. F., NOTO, A. R. **IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º graus em dez capitais brasileiras**. São Paulo: [CEBRID] Resultados da pesquisa de avaliação sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd. Boletim CEBRID nº 57, 2008. Disponível em <http://www.cebrid.epm.br/in dex.php>. Acesso em: 25 maio 17.

CAMARGO, L. C. **Contribuições do programa educacional de resistência às drogas e à violência (PROERD) para o encaminhamento de relações interpessoais conflituosas no cotidiano escolar**. 2014. 131 f. Dissertação (mestrado em Educação). Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2014.

CARVALHO, J. R.; KOSMOS, K.; YAMAMOTO, E. Y. A criança e o PROERD: uma análise através dos estudos de recepção. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 16, 2015. **Anais...**Joinvile: Intercom, 2015.

DEMETRIO; A. J.; VIANA, G.; HOEFLICH, V. A. Um estudo sobre o nível de eficiência do programa educacional de resistência às drogas-PROERD. **Revista Capital Científico**, v. 11, n. 2, maio/ago., 2013.

FAGUNDES, H.; MOURA, A. B. Avaliação de programas e políticas públicas. **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 89-103, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/5676/4129>>. Acesso em: 03 março 2017.

LÖH, S. S. et al. Avaliação de programas preventivos: relato de experiência. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 3, p. 641-649, 2007.

LUZ, A. A. **Educação e prevenção ao abuso de drogas: limites e possibilidades**. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2000.

MANGHAM, C. **The effectiveness, appropriateness and fit of DARE in Canadian Schools: responding to criticisms about the program.** Disponível em: <<http://dare.org/home/Resources/Default5647.asp?N=Resources&M=16&S=0>>. Acesso em: 24 novembro 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, J. S.; CAMPOS, V. G. O proerd como política pública sobre drogas em Águas Lindas de Goiás. In: Conferência internacional de estratégia em gestão, educação e sistemas de informação. 1, 2012. **Anais...Goiânia: CIEGESI, 2012.**

MINAYO, M. C. S., ASSIS, S. G., SOUZA, E. R. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MOREIRA, L. A.; NAGEM, R. L. **Drogas e prevenção: o que as crianças de 9 a 11 anos querem saber?** Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT6/DROGAS_E_PREVENCAO.pdf>. Acesso em: 14 fevereiro 17.

NICASTRI, S.; RAMOS, S. Prevenção do uso de drogas. **Jornal Brasileiro de Dependência Química**, v. 2, n. 1, p. 25-29, 2001.

OLIVEIRA, F. R. G. Considerações sobre a efetividade do programa educacional de resistência às drogas e à violência da polícia militar de Pernambuco. **REBESP**, v. 7, n. 2, p. 02-10, 2014.

ORZIL, C. L. **A percepção dos agentes e alunos do PROERD sobre o programa.** Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS9BDG95/monografia_final> 2008. Disponível em: Belo Horizonte: UFMG. Acesso em: 23 maio 2017.

PAZINATTO, C. Prevenção ao uso de drogas em escolas: um desafio possível? **Revista Direcional Escolas**. 20. ed. São Paulo: Exclusiva Publicações Ltda., set. 2006.

PEROVANO, D. G. **Concepções dos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência sobre a sua formação.** Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006.

QUEIROZ, S. **Avaliação do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD).** Monografia - USP, São Paulo, 2003.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciência & saúde coletiva**, v. 10, n. 3, p. 707-717, 2005.

SCHREISHEIM, C. A. et al. Improving construct measurement in management research: comments and a quantitative approach for assessing the theoretical content adequacy of paper-and-pencil survey-type instruments. **Journal of Management**, v. 19, n. 2, p. 385-417, 1993.

SHAMBLEN, S. R.; COURSER, M. W.; ABADI, M. H.; JOHNSON, K. W.; YOUNG, L.; BROWNE, T. J. An international evaluation of DARE in São Paulo, Brazil. **Drugs: Education, Prevention and Policy**, v. 21, n. 2, p. 110–119, 2014.

SILVA, A. G.; GIMENIZ-PASCHOAL, S. R. Pesquisas sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD). **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, v. 6, n. 6, 2010.

SOARES, M. Proerd: A construção do conhecimento e a tomada de decisão como uma estratégia didático-pedagógica. **Dialogia**, v. 23, p.125-137, 2016.

SOARES, T. L.; FRANÇA, F. G. Programa educacional de resistência às drogas e à violência na Paraíba: desafios e dificuldades, **REBESP**, v. 9, n. 2, p. 01-12, 2016.

SOUZA, A. S.; ARAÚJO, R. M.; LIRA, K. B.; PINHEIRO, G. G. Avaliação da implementação do programa educacional de resistência às drogas e à violência no estado do Rio Grande do Norte. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 4, out/dez, p. 152-161, 2013.

TASCA, J. E.; ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R. A avaliação de programas de capacitação: um estudo de caso na administração pública. **Revista Administração Pública**, v. 46, n. 3, p. 647-675, 2012.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.164p.

ZANELATTO, N. A.; ZANELATTO, R. **Prevenção do uso de drogas na escola – modelos de intervenção**. São Paulo: UNIAD – Unidade de Pesquisa de Álcool e Drogas – Universidade Federal de São Paulo, 2004.

ZWEIG J. M.; PHILLIPS B. S.; LINDBERG L. D. Predicting adolescent profiles of risk: looking beyond demographics. **Journal of Adolescent Health**, v. 31, p. 343-353, 2002.